

## **Homogamia de Valores e Determinantes da Felicidade Conjugal no Brasil**

**Luisa Pimenta Terra ♣**  
**Gilvan Ramalho Guedes ♦**  
**Maria Carolina Tomás ♠**

**Palavras-chave:** felicidade conjugal; homogamia de valores; seletividade conjugal.

---

♣ Professora da Universidade Federal de Alfenas – MG.  
♦ Professor do Departamento de Demografia CEDEPLAR / UFMG.  
♠ Professora da Pontifícia Universidade Católica – MG.

## INTRODUÇÃO

Apesar da intensa transformação no papel e nas características das uniões, esta ainda pode ser considerada como um dos mais importantes mecanismos de formação de famílias e domicílios. E é nesse contexto, de unidade familiar e domiciliar, que se observam relevantes etapas do ciclo de vida dos indivíduos. As pesquisas acerca da formação e dissolução de uniões compõem parte importante da agenda de pesquisa na Demografia da Família e, ao tentar compreender a dinâmica do processo de seleção dos parceiros, dos arranjos domiciliares e da qualidade das relações conjugais, os resultados das pesquisas superam o sentido literal destas características. Esses estudos acabam por captar também desdobramentos das uniões, tornando-se palco de observação de transformações sociais e demográficas. As recentes mudanças dos arranjos familiares, domiciliares e de uniões no Brasil, por exemplo, são, ao mesmo tempo, causa e consequência do processo de envelhecimento populacional brasileiro. A fecundidade, componente demográfica com maior poder de rejuvenescer ou de envelhecer uma população, conecta-se diretamente com as uniões e as famílias.

O processo de transformação da estrutura e composição familiar e de mudança do papel da mulher nas uniões e na família foi acompanhado pela alteração no mercado de casamentos em termos de atributos e valores no processo de formação de casais. Diversos estudos sobre os EUA e países europeus mostram que aqueles que possuem cônjuges com características mais semelhantes têm, em geral, melhor qualidade conjugal e maior felicidade na união (AMATO *ET AL*, 2004).

A importância da análise da felicidade das uniões vai além da sua sensibilidade a transformações sociais mais amplas, gerando também implicações que extrapolam o bem estar do casal. Os estudos sugerem, por exemplo, que a qualidade da união afeta a probabilidade de divórcio (AMATO; ROGERS, 1999). Relacionamentos ruins, ademais, têm efeitos negativos tanto na saúde física, quanto na saúde mental do casal (UMBERSON *ET AL*, 2006; FRECH; WILLIAMS, 2007), com implicações para a produtividade no mercado de trabalho (SANDBERG *ET AL*, 2012). Em outra externalidade da qualidade das uniões, a felicidade conjugal afeta a transmissão intergeracional de bem estar, de valores e de atitudes (WILLOUGHBY *ET AL*, 2012). Diante disso, o objetivo deste estudo é mensurar os principais determinantes da felicidade conjugal no Brasil.

Ainda sobre as uniões, outra discussão abordada neste trabalho relaciona-se às características comuns aos parceiros, que são foco de pesquisa em todo o mundo. Alguns estudos focam no *positive assortative mating* e outros no *negative assortative mating*. Enquanto Becker (1973,1974) ancorou seus estudos na divisão social do trabalho e nos ganhos do casamento, estudos sociológicos (KALMIJN, 1998; AMATO ET AL, 2004) destacam a função de continuidade de tradições e de manutenção de recursos financeiros e culturais das uniões. Por isso, a partir da discussão sobre *assortative mating*, propõe-se uma abordagem mais aprofundada do conceito de homogamia de valores em termos de estrutura e dimensionalidade, diferente do que já foi abordado em trabalhos que consideram homogamia de atributos, como escolaridade, religião e raça. A literatura mostra que a afinidade de preferências e de valores gera um potencial de redução de conflitos, que leva a uma maximização da felicidade conjugal. Os dados utilizados foram da *World Values Survey* para 1991 no Brasil.

Entre os principais resultados, destacam-se a associação forte e positiva entre a homogamia de valores e a felicidade conjugal, além da constatação de que é plausível considerar a homogamia de valores como mais um atributo de seletividade conjugal. Entre os determinantes da felicidade conjugal no Brasil, os resultados sugerem que as pessoas mais velhas, do sexo masculino, com alguma religião, menos escolarizadas e unidas formalmente apresentam maiores níveis de felicidade conjugal. Os resultados considerando a satisfação com a vida em casa e a felicidade com a vida em geral apresentaram resultados convergentes.

## **FELICIDADE CONJUGAL E SEUS DETERMINANTES**

A qualidade conjugal é o assunto mais frequentemente estudado nas pesquisas sobre casamento (FINCHAM & LINFIELD, 1997), e tem sido considerada cada vez mais uma característica importante da vida adulta (UMBERSON ET AL, 2005). Há evidências na literatura de que filhos de casais que vivem mais felizes e com menos conflitos são mais saudáveis, apresentam menos problemas cognitivos e melhores resultados escolares. Crescer em famílias com baixos níveis de qualidade conjugal ou recém-divorciadas está negativamente associado às questões emocionais na adolescência (VANDERVALK ET AL, 2004). Os efeitos intergeracionais da qualidade conjugal não permanecem somente na infância dos filhos. Webster *et al* (1995)

observaram que entre os indivíduos com relacionamentos menos felizes, aqueles que foram criados por pais divorciados têm maior risco de se divorciar e de pensar que o as uniões podem ser um problema em relação aos pares que cresceram em famílias de pais não divorciados.

Além da transmissão intergeracional, a qualidade da união tem desdobramentos na própria geração, e um exemplo seria a produtividade do casal. Pessoas que vivem bem no relacionamento são, em geral, mais produtivas no mercado de trabalho. O efeito transbordamento da família para o trabalho é frequentemente associado a problemas de saúde física e mental, além do resultado econômico dessa perda de produtividade (SANDBERG *ET AL*, 2012). Sandberg *et al* (2012) encontraram indícios de que a existência de conflitos no relacionamento é fator preditor de depressão, problemas de saúde (física) e insatisfação no trabalho entre os cônjuges.

Os principais determinantes demográficos da felicidade conjugal apontados pela literatura são gênero, raça/cor, religião, idade, idade ao casar, duração da união, coabitação antes da formalização da união, recasamento e filhos. As associações foram encontradas, principalmente, em estudos sobre a população europeia e norte americana. A literatura mostra que, via de regra, os menos favorecidos economicamente e emocionalmente e com menor nível educacional e de saúde apresentam pior qualidade conjugal (WAITE, 1995). Esse padrão é claramente observado por Umberson *et al* (2005), que verificaram que os menores níveis iniciais de qualidade conjugal são dos afro-americanos e das mulheres. Segundo os autores, esse resultado se encaixa na noção geral de que o casamento seria mais estressante para as mulheres e para os negros (WHITE, 1990 *APUD* AMATO *ET AL*, 2004). De forma análoga às questões de gênero e de raça/cor, a religião também atua como fator de proteção para o divórcio. Pesquisas anteriores apresentaram indícios de que a associação entre a qualidade conjugal e a religião é forte e positiva (HUNLER & GENÇOZ, 2005; MYERS, 2006).

A relação entre a felicidade conjugal e a idade é, de uma forma geral, positiva (UMBERSON *ET AL*, 2005). Indivíduos mais velhos tendem a ser mais maduros e menos impulsivos. Contudo, Umberson *et al* (2005) e VanLaningham *et al* (2001) ressaltam a dificuldade em separar efeitos de coorte e de idade em estudos longitudinais de curta duração. As experiências de união, as mudanças na escolaridade, no empoderamento feminino e na fecundidade podem afetar os resultados. Em termos de

efeito de coorte, Glenn (1998 *APUD DUSH ET AL*, 2008) defende que coortes mais velhas apresentam maior felicidade conjugal porque na época em que se uniram, o apoio para a união era mais forte, e os casais eram mais comprometidos com a instituição do casamento, inclusive com a ideia de casamento para a vida toda.

Por outro lado, a associação entre a qualidade conjugal e a duração da união não é bem definida. Os primeiros estudos com dados transversais dos Estados Unidos mostravam um declínio da qualidade conjugal nos primeiros anos de união, e um posterior aumento, como um formato de “U” (GLENN, 1989 *APUD DUSH ET AL*, 2008; ORBUCH *ET AL*, 1996). Uma das críticas a esses resultados seria a seleção adversa, já que uniões infelizes tendem a terminar, restando apenas os uniões de maior qualidade entre os indivíduos de idades mais avançadas (UMBERSON *ET AL*, 2005). Além disso, destaca-se o efeito de aprendizado, que seria explicado pelo convívio e a convergência de valores durante a convivência conjugal (FENELL, 1993 *APUD YOUNG*, 2004).

Há, contudo, trabalhos mais recentes e com dados longitudinais, que mostram que a duração da união está relacionada com a redução da qualidade conjugal (UMBERSON *ET AL*, 2005; VANLANINGHAM *ET AL*, 2001). Os resultados de Umberson *et al* (2005) apontam para a importância de se considerar as transições familiares e a multidimensionalidade do tempo ao analisar essa relação. Segundo os autores, a mudança na qualidade conjugal ao longo do ciclo de vida depende da idade, da duração da união, do fato de ter ou não filhos e da fase do ciclo de vida familiar em que o casal se encontra. Eles chamam atenção também para o perfil jovem e de recém-casados que compõem a maioria das amostras utilizadas nos trabalhos longitudinais, e que tendem a captar somente a fase inicial da união, um período com menor carga de conflitos e estresse conjugal (UMBERSON *ET AL*, 2005).

A presença e o número de crianças em casa também tem relação negativa com a qualidade conjugal (Dew & Wilcox, 2011; Tsang *et al*, 2003), sendo esta uma das características contextuais mais importantes da união (Umberson *et al*, 2005). Casais com filhos relatam menor felicidade conjugal (Dew & Wilcox, 2011; Orbuch *et al*, 1996; Tsang *et al*, 2003). Um dos argumentos seria a redução da quantidade e qualidade da dedicação ao cônjuge, uma vez que ter crianças em casa aumenta o tempo dedicado às tarefas domésticas e ao cuidado do filho (Helms-Erickson, 2001 *apud Umberson et al*, 2005).

A coabitação antes da formalização da união é comumente associada negativamente à qualidade conjugal (Dush *et al*, 2003; Jose *et al*, 2010). As primeiras pesquisas justificavam essa relação negativa argumentando que o perfil dos indivíduos que coabitavam antes de formalizar a união era mais reativo às normas e, por isso, não percebiam o matrimônio como uma instituição de longa-data. Contudo, com o passar do tempo, a coabitação passou a ser mais aceita e o perfil daqueles que coabitam não é mais o mesmo, havendo, inclusive, um enfraquecimento na relação entre coabitar e problemas nas uniões (Dush *et al*, 2003).

Booth & Johnson (1988) acreditam que a seleção em coabitação é a responsável pela relação negativa com a qualidade conjugal. As mesmas características que levam as pessoas a coabitar antes de formalizar a união, como o perfil não convencional ou restrições econômicas, também aumentam o risco de problemas conjugais posteriores. A literatura argumenta que as pessoas, ao optar por coabitar, não seriam tão exigentes na escolha do parceiro quanto se a escolha fosse para uma união formal, e que o nascimento de filhos e o crescimento de compromissos conjuntos (dívidas ou compromissos sociais, por exemplo) levariam o casal a formalizar a união posteriormente. Entretanto, Blackwell & Lichter (2004) ao analisar a diferença de homogamia/heterogamia de raça/cor, religião e educação de casais que namoram, que vivem em união e que são unidos, concluem que não há grandes divergências nos critérios para a escolha de um eventual o namorado(a), parceiro(a) de união ou cônjuge. Por outro lado, estudos longitudinais indicam que a coabitação tende a enfraquecer o comprometimento das pessoas com a norma do casamento ao longo da vida, o que poderia minar a estabilidade conjugal com o passar do tempo. Portanto, o fato de ter fraco comprometimento com as normas de longa-data do casamento levariam os cônjuges a tomar atitudes pró-divórcio, o que geraria baixos níveis de qualidade conjugal (Amato & Rogers, 1999).

No caso do Brasil, ainda não há estudos sobre a relação entre a coabitação antes da formalização da união e a qualidade conjugal, mas Esteve *et al* (2012a, 2012b) observaram os padrões de coabitação no país. Segundo os autores, no Brasil há dois tipos de indivíduos que coabitam sem se casar: a coabitação por necessidade e a coabitação por opção. O primeiro grupo é formado por pessoas com níveis educacionais e econômicos mais baixos e a coabitação seria uma forma de economia de escala. O segundo grupo opta por viver junto para testar o relacionamento, ou por falta de

comprometimento com a instituição do casamento, por exemplo. Ainda sobre os tipos de coabitação, Heuveline & Timberlake (2004) identificaram teoricamente seis tipos de coabitação e testaram a aderência destes modelos em 17 países (14 da Europa, Estados Unidos, Canadá e Nova Zelândia). Entre os seis modelos, 1) o primeiro considera a coabitação como substituto das uniões formais, 2) o segundo considera a coabitação como um teste para a união formalizada, 3) o terceiro considera a coabitação como um estágio da união formal, 4) o quarto considera a coabitação como uma forma de não morar sozinho (mas sem ter a pretensão de constituir família), 5) o quinto considera a coabitação como um comportamento marginalizado pela sociedade e, por fim, 6) o sexto, que considera a coabitação com total indiferença às uniões formais.

As variáveis socioeconômicas da educação, do emprego e da renda também estão relacionadas com a felicidade conjugal. De uma forma geral, os cônjuges que tem níveis mais elevados de renda e educação tem maior qualidade conjugal (Amato *et al*, 2004). Amato *et al* (2004) argumentam que maiores níveis de educação e renda estão associados a fatores (por exemplo, melhores habilidades de comunicação, menor risco de depressão, e maior controle pessoal) que levam a maiores níveis de qualidade conjugal. Zedeck *et al* (1988 *apud* Blair, 1998) observaram que os ganhos do cônjuge tem um impacto direto sobre a vida familiar, de modo que um aumento no salário, obviamente, eleva o padrão de vida para a família e, o que afeta positivamente a qualidade conjugal. Por outro lado, os pesquisadores observaram os efeitos do emprego sobre a qualidade conjugal. O número de horas passadas no local de trabalho e a rotina de trabalho são frequentemente citados como fatores relacionados a avaliações negativas de qualidade dos cônjuges (Blair, 1998).

## **HOMOGAMIA DE VALORES**

Entre as principais características de seletividade conjugal (educação, riqueza e religião), há diferenças qualitativas na associação com a felicidade conjugal. O sucesso do *assortative mating* de religião na felicidade do casal depende muito da religião estudada. Religiões em que há maior participação da comunidade religiosa asseguram melhor qualidade conjugal do que as religiões que não possuem tanta interferência no dia a dia do indivíduo (Wolfinger & Wilcox, 2008). A seletividade conjugal por educação envolve muito mais do que conhecimento e cultura. No caso do Brasil,

educação é proxy de condição socioeconômica e relaciona-se com o uso do tempo dos cônjuges.

Uma das hipóteses deste trabalho é que existe *assortative mating* positivo de valores, característica mensurada pela seletividade matrimonial de atitudes. A relação entre valores e atitudes não é trivial, mas há associação significativa entre as duas medidas. Segundo Schwartz (1992, 1994), valores são crenças que ultrapassam situações específicas e orientam na avaliação de comportamentos. A definição de atitude relaciona-se com a avaliação ou opinião a respeito de uma situação, conceito ou comportamento. As atitudes são influenciadas pela compreensão cognitiva, pelas normas e pelos valores, emoções e sentimentos. Há estudos que mostram que o valor, embora muito mais abrangente, pode ter algumas das suas facetas expressas pela mensuração de atitudes. Por isso, neste trabalho, assume-se que as medidas sobre o compartilhamento com o cônjuge de atitudes sexuais, sociais e de religião, de padrões morais e de opiniões políticas compõem um constructo de homogamia de valores.

Em razão desta relação causal entre valor e atitude, torna-se possível a captação indireta de um valor ao analisar atitudes relacionadas a ele. Por exemplo, os cônjuges com valores mais conservadores acreditam na instituição do casamento como algo para a vida toda (Dush *et al*, 2008) e possuem atitudes e comportamentos que refletem esse valor. Por isso, há potencial de redução de conflitos e uma presumida maximização da felicidade conjugal.

Uma das hipóteses deste trabalho é de que existe associação positiva entre homogamia de valores e felicidade conjugal. E a principal justificativa advém do potencial da similitude de valores na redução de conflitos no relacionamento. Conforme Kalmijn (1994) dissertou, casais com valores, opiniões e preferências semelhantes tendem a reduzir eventuais atritos gerados ao longo da convivência matrimonial.

## **DADOS E MÉTODOS**

Para o Brasil ainda não existem bases de dados específicas sobre o tema. Apesar dessa limitação, a *World Values Survey* (WVS) possui variáveis que possibilitam mensurar a felicidade conjugal e a homogamia de valores nas uniões. As análises aqui propostas, portanto, podem ser respondidas com informações da WVS, que desde 1981 capta



informações socioculturais, econômicas e políticas em mais de 80 países de todos os continentes. As amostras da WVS são representativas para cada país em que é aplicada e seus questionários são padronizados e aplicados por entrevistadores distribuídos em todo o território nacional. Em 1991, a amostra contendo somente indivíduos em união continha 1.025 respondentes e foram entrevistados homens e mulheres alfabetizados e com 18 anos ou mais de idade. No caso deste trabalho, a mensuração da felicidade conjugal é função dos dados disponíveis para o Brasil, o qual possui duas perguntas associadas ao conceito: grau de satisfação com a vida em casa e nível de felicidade com a vida em geral.

Na construção da variável homogamia de valores utilizou-se análise fatorial, com matriz de correlação tetracórica. Essa ferramenta é indicada por conseguir expressar em poucos fatores a combinação linear de todas as cinco variáveis de compartilhamento de atitudes entre os cônjuges. Com isso, diminui-se o potencial de colinearidade e também o efeito sobre os coeficientes do efeito dos determinantes da felicidade conjugal nos modelos de regressão. Há ainda a vantagem de aumentar o poder explicativo do modelo, por utilizar menos graus de liberdade e preservando grande parte da variância original dos indicadores de homogamia.

O modelo logístico ordinal, também conhecido como modelo de regressão logística politômica, foi o mais adequado para a investigação dos objetivos deste estudo. Uma vez que a variável dependente, a felicidade conjugal, tem natureza categórica ordinal, a utilização do modelo logístico para variáveis dependentes do tipo ordinal é indicada, já que possui interpretações mais simples e o modelo possui, potencialmente, maior poder (Agresti, 2007). Com base nisso, dois modelos foram gerados, um com variável dependente “satisfação com a vida em casa” e outro com variável dependente “felicidade com a vida em geral”.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para orientar a interpretação dos resultados, vale definir as categorias de referências das variáveis adotadas no modelo. A felicidade conjugal é representada de duas maneiras: satisfação com a vida em casa (escore que varia de 1 a 10) e felicidade com a vida em geral (escore que varia de 1 a 4). Uma das variáveis explicativas, a homogamia de valores, é dicotômica e a categoria de referência é “menos homogâmico”, versus “mais

homogâmico”. A variável idade tem como referência o grupo de adultos com idade entre 18 e 54 anos, versus o grupo de 55 a 64 anos<sup>1</sup>. A variável raça/cor tem como referência os “não-brancos”, versus os “brancos”. Em relação às outras variáveis, os “sem religião” são referência, bem como os unidos formalmente, com até ensino fundamental, sem filhos e mulheres.

Tabela 1: Resultados do modelo ordinal logístico para felicidade conjugal considerando a satisfação com a vida em casa e a felicidade com a vida em geral como medidas da felicidade da união. WVS Brasil, 1991

Variáveis	Satisfação com a vida em casa			Felicidade com a vida em geral		
	$\beta$	Erro padrão	Razão de Chances	$\beta$	Erro padrão	Razão de Chances
Homogamia de valores	1.095**	[0.241]	2,99	0.730***	[0.429]	2,08
Branco	-0.113	[0.170]	0,89	0.006	[0.172]	1,01
Com Religião	0.466*	[0.213]	1,59	0.322	[0.317]	1,38
Unido	-0.804**	[0.189]	0,45	-0.195	[0.165]	0,82
Ensino Médio	-0.209	[0.162]	0,81	-0.159	[0.140]	0,85
Ensino Superior	-0.427*	[0.197]	0,65	0.375 <sup>+</sup>	[0.325]	1,46
Com filhos	-0.195	[0.187]	0,82	-0.140 <sup>+</sup>	[0.195]	0,87
Homem	0.353**	[0.130]	1,42	-0.160	[0.113]	0,85
55 a 64 anos	0.420*	[0.172]	1,52	0.088	[0.184]	1,09
Tau1 ( $\tau_1$ )	3.183**	[0.472]		-3.400**	[0.478]	
Tau2 ( $\tau_2$ )	2.723**	[0.439]		-0.821 <sup>+</sup>	[0.413]	
Tau3 ( $\tau_3$ )	2.309**	[0.442]		1.744**	[0.413]	
Tau4 ( $\tau_4$ )	1.886**	[0.438]				
Tau5 ( $\tau_5$ )	0.797 <sup>+</sup>	[0.407]				
Tau6 ( $\tau_6$ )	0.497	[0.404]				
Tau7 ( $\tau_7$ )	0.026	[0.402]				
Tau8 ( $\tau_8$ )	-0.827*	[0.398]				
Tau9 ( $\tau_9$ )	-1.335**	[0.397]				
Observações	1021			1018		

Erros padrões entre colchetes

\*\* p<0.01, \* p<0.05, + p<0.1

Fonte: World Values Survey – Brasil (1991)

Com base na Tabela 1, é possível observar que os resultados dos dois modelos são semelhantes em relação à homogamia de valores. Ainda, observou-se menor número de

<sup>1</sup> Os dados de idade da base de dados estão agrupados em cinco categorias decenais. Contudo, ao analisar essa variável, percebeu-se que não havia diferença significativa entre as quatro primeiras categorias de idade, e, portanto, os indivíduos com idade entre 18 e 54 anos foram agrupados.

variáveis significativas no modelo com felicidade com a vida em geral, e discordância da direção dos resultados relacionados à alta escolaridade.

Conforme os resultados do modelo com a variável de satisfação com a vida em casa, os mais homogâmicos quanto aos valores possuem 199% mais chance de serem mais felizes na união do que os menos homogâmicos. Na mesma linha, mas com menor intensidade, o modelo com a felicidade com a vida em geral encontrou 108% mais chance de ser feliz na união do que os menos homogâmicos. Embora não tenham analisado diretamente a homogamia de valores, mas a homogamia de atributos (religião, raça/cor, idade e escolaridade), Amato *et al* (2004) encontraram resultados semelhantes: a maior heterogamia do casal geraria menor felicidade conjugal. A justificativa encontrada na literatura relaciona as semelhanças entre os cônjuges com a redução de conflito (Dush *et al*, 2008; Kalmijn, 1994), em que a felicidade conjugal seria tão maior quanto menores forem os conflitos conjugais. Kalmijn (1994) defendeu que a semelhança de valores, opiniões e preferências gerariam menos atritos ao longo da convivência do casal e, segundo Dush *et al* (2008), a felicidade conjugal é tão maior quanto menor for o nível de conflitos conjugais. Assim, ao minimizar conflitos conjugais o casal reduz o potencial de divórcio e aumenta a probabilidade de apresentar maior nível de qualidade da relação. Portanto, há indícios de que os indivíduos em união com pessoas com valores similares experimentariam maiores níveis de satisfação com a vida conjugal.

Um resultado notável é que ter alguma religião aumenta em 59% as chances de apresentar maior felicidade conjugal em relação aos que não possuem nenhuma religião (no caso da felicidade com a vida em casa esse resultado não foi significativo). Isso indica um provável efeito protetor da religião para o divórcio, refletindo possivelmente o papel central que as uniões assumem em diversas religiões. Essa valorização da instituição matrimonial costuma estar associada à rejeição de diversas sociedades religiosas ao divórcio, justificando estes resultados. Segundo Myers (2006), a forte crença na permanência conjugal leva o indivíduo a investir mais tempo e esforços na tentativa de resolver as divergências e problemas conjugais. Conforme Dush *et al* (2003), aqueles que valorizam mais a instituição do casamento escolheriam com mais cuidado e critério o parceiro com quem se casariam, uma vez que a ideia inicial seria um casamento para toda a vida. Por isso a associação forte e positiva entre a felicidade conjugal e religião.

Ainda sobre a Tabela 13, o fato de estar em união consensual, em relação a estar unido formalmente, diminui em 55% a chance de ser feliz na união. A formalização da união estaria refletindo o grau de comprometimento com a relação e os critérios de escolha do parceiro. A literatura aponta que a seleção do parceiro para a coabitação seria responsável pela relação negativa com a qualidade conjugal (Booth & Johnson, 1988). É que uma corrente da literatura defende que as pessoas, ao optar por coabitar, não seriam tão exigentes na escolha do parceiro como se a escolha fosse para uma união formal. Entretanto, Blackwell & Lichter (2004 *apud* Tomas, 2012) encontram que não há muita diferença entre os critérios para as escolhas do(a) futuro(a) namorado(a), parceiro(a) de união ou cônjuge.

A associação negativa entre viver em união e a felicidade conjugal também foi apontada por outros autores, que estendem o perfil menos apegado às tradições, característico de quem coabita, à falta de comprometimento com a relação. Da mesma maneira que o comprometimento com a instituição matrimonial relaciona-se com o forte papel da religião na felicidade conjugal, um suposto fraco comprometimento com as normas tradicionais do casamento levariam os cônjuges a tomar atitudes pró-divórcio, gerando baixos níveis de qualidade conjugal (Amato & Rogers, 1999). Por isso, a associação negativa entre viver em união e felicidade conjugal, também encontrada por Dush *et al* (2003) e Jose *et al* (2010). Os resultados desta tese reafirmam esse efeito encontrado pelos autores, mesmo após levar em consideração o nível de homogamia de valores. Nesse sentido, o menor comprometimento com as normas tradicionais entre os unidos não é suficientemente compensado por casais mais homogâmicos em termos de valores, mantendo seu efeito significativo.

Uma contribuição adicional desta tese diz respeito à associação entre escolaridade e felicidade conjugal para o Brasil. Ter escolaridade em nível superior, em relação àqueles com até ensino fundamental, reduz a chance de ser feliz no relacionamento em 35%. A compreensão dessa relação depende do papel que a escolaridade pode assumir na união, e do momento do ciclo de vida que o indivíduo se encontra. Ao considerar a escolaridade como proxy de situação socioeconômica, o resultado encontrado vai contra o que Waite (1995) e Amato *et al* (2003) demonstraram, em que os menos favorecidos economicamente apresentaram pior qualidade conjugal. Por outro lado, a escolaridade pode estar refletindo muito mais uma questão de homogamia cultural do que de status econômico. Assim, a maior homogeneidade dos casais menos escolarizados em relação

ao outro extremo justificaria esse resultado. Entretanto, a interpretação das relações que envolvem escolaridade é mais limitada, haja vista que essa é uma característica que se modifica ao longo do ciclo de vida e que os dados da World Values Survey são transversais.

Ainda sobre os resultados do modelo logístico ordinal, o sexo também apresentou associação significativa com a felicidade conjugal. Os homens apresentam 42% mais chance de serem felizes no relacionamento do que as mulheres. Essa relação foi descrita na literatura (Umberson *et al*, 2005; White, 1990 *apud* Amato *et al*, 2004), com menores níveis de felicidade conjugal entre as mulheres. Umberson *et al* (2005) apontaram o maior estresse feminino devido às uniões como uma das causas para essa diferença com relação aos homens. Light & Ahn (2010) mostraram que o custo de oportunidade do divórcio é maior para as mulheres, o que explicaria o efeito positivo para os homens, já que as mulheres estariam mais infelizes com o relacionamento por terem que aceitar as opiniões e os desejos do homem, devido ao seu maior custo de oportunidade do divórcio.

Outra explicação pode estar associada à ordem da união. Os resultados podem indicar os homens mais felizes na união porque já estariam no segundo ou terceiro relacionamento, em que o indivíduo tem mais experiência e sabe escolher melhor com quem se relaciona.

A última relação significativa do modelo final ocorre entre idade e felicidade conjugal, e é positiva. Os mais velhos, com idade entre 55 e 64 anos, tem 52% mais chance de considerarem a união feliz do que aqueles com idade entre 18 e 54 anos. Esse resultado também vai ao encontro com outros estudos, que justificam a associação positiva entre felicidade conjugal e idade por uma provável redução de conflitos entre o casal, já que os mais velhos tendem a ser mais maduros e menos impulsivos (Umberson *et al*, 2005), além de saberem escolher melhor tendo em vista sua maior experiência (no caso de uniões de maior ordem). Além disso, há que se considerar o efeito do tempo de união, que tende a homogeneizar os valores dos cônjuges (Fenell, 1993 *apud* Young, 2004) e a não manter unidos aqueles infelizes no matrimônio (Glenn, 1989 *apud* Dush *et al*, 2008; Umberson *et al*, 2005).

Ao fim da análise dos resultados, é notável a importância da valorização do casamento como instituição na felicidade conjugal, refletida tanto nas análises sobre religião,

quanto na discussão sobre unidos de maneira formal ou consensual. A partir das relações encontradas neste trabalho, foi possível perceber que o argumento de uma corrente da literatura pode fazer sentido. A falta de comprometimento e de crença na instituição do casamento estão negativamente associados com a qualidade conjugal para o Brasil.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após as inúmeras análises aqui apresentadas, vê-se que a sólida contribuição deste trabalho para a literatura de felicidade e qualidade conjugal vai desde a sua associação com a homogamia de valores, até os precusores resultados sobre os determinantes da felicidade conjugal no Brasil. Ademais, o conceito da variável latente homogamia de valores foi, enfim, explorada e apresentou resultados concretos e em concordância com a escassa literatura sobre o tema.

Como as informações disponíveis são de um dos membros do casal, basta que haja maior controle e cautela ao interpretar os resultados e relações.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

O presente trabalho tem como objetivo central investigar os determinantes da felicidade conjugal no Brasil. Este estudo insere-se na